

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

ID TCEES: 2024.500E1900012.02.0024

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024**

**COMPRASGOV: Nº90024/2024**

**CONTRATANTE: UASG:925033**

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio do **HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**, doravante denominado (HESJC), com sede na Rua José Fernandes Medina, S/N, Centro – São José do Calçado – ES - CEP 29.470-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria do HESJC nº 232-S, publicada em 19/06/2023**, alterada **PORTARIA Nº 368-S, publicada em 03/09/2024** para **REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**, conforme processo **E-Docs nº 2024-3QTGQ**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a aquisição de medicamentos para o Hospital Estadual São José do Calçado, por meio de **REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS**, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**1.2.** Contratante: UASG: 925033 – Órgão Gerenciador

**1.3.** Valor Total da Contratação: R\$ 2.499.799,80 (Dois milhões, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), o máximo admitido para a presente licitação é o que consta no Anexo I deste Edital.

**1.4.** O modo de disputa será o aberto/fechado

**1.5.** Esta licitação será julgada sob o critério de **menor preço**

**1.6.** Data e horário da sessão pública: **06 de dezembro de 2024 às 14 horas**

**1.7.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do **Hospital Estadual São José do Calçado** a cargo da conta da atividade no 20.44.901.10.302.0061.2184, Elemento de Despesa no 3.3.90.30.09 do orçamento do HESJC para o exercício de 2024.

**1.8.** Destaca-se que para as unidades participantes: **CAPAAC, HEAC, HESVV, HINSG, HJSN, HMSA e HRAS**, as despesas deverão ocorrer pelas respectivas Unidades Gestoras Executoras.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** Esta licitação adota o Sistema de Registro de Preços, e as regras pertinentes constam deste Edital e do Anexo que trata da minuta de Ata de Registro de Preços (ARP). No Anexo I deste Edital constam as informações sobre órgãos participantes, quantitativos e sobre a possibilidade ou não de adesão.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Esta licitação consta com lotes de **Participação ampla (Lotes 05, 06, 08, 09 e 10)**, bem como lotes cuja **Participação é permitida exclusivamente a microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas (Lotes 01, 02, 03, 04 e 07)**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

**3.7.** Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

- técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.6. Àquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 3.7.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.
- 3.8.** O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10.** O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

- 4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.3.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.4.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**6.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.6.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5 % ((cinco décimos por cento).

**6.8.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.10.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
  - 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
  - 6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

- 6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

6.20.1. Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

**6.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta, Anexo II.A deste Edital, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, Anexo II.B deste Edital, e acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.22.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**7.3.** Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Será também desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.4.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.5.** Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

**8.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

- 8.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.8.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

**8.9.** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

**8.10.** Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

**8.11.** Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

**10.2.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.2.1. Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

10.2.2. Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

10.2.3. No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

**10.3.** A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

**10.4.** Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

**10.5.** Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA**

**11.1.** Após a homologação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja tempestiva e devidamente justificada e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.3.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**11.4.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.5.** Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o caput deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

**11.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**11.8.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.8.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.8.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**11.9.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.9.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.9.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.10.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 e art. 52 do Decreto nº 5354-R/23.

**11.11.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.11.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

**12.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.2.6. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.2.8. Fraudar a licitação

12.2.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.2.10. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.2.11. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.2.12. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.2.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.2.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

**12.3.** Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

**12.4.** O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

12.4.1. Multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

12.4.2. Impedimento de licitar e contratar; e

12.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**12.5.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

**12.7.** As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato ou no Termo de Referência.

**13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), no menu "Licitações", na opção "Pesquisar Editais" ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail [hsjc.pregao@sude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@sude.es.gov.br). Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**13.6.** Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente – Ordenadora da Despesa – a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

**13.7.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13.8.** Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES,  
29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
*E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)*

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br), no menu "Licitações", na opção "Pesquisar Editais".

**14.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. Anexo I – Termo de Referência
- 14.11.2. Anexo I-A - Documentos de Habilitação
- 14.11.3. Apêndice do Anexo I – ETP - Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.4. Anexo II – Modelos do edital
- 14.11.5. ANEXO II "A" - Modelo da Proposta Comercial
- 14.11.6. ANEXO II "B" - Dados Complementares para Assinatura do Instrumento Contratual
- 14.11.7. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços

São José do Calçado, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

**Maria da Conceição Gomes Felix**

Agente de Contratação/ Pregoeira/(HESJC)

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 46**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024**

**1 - DO OBJETO**

**1.1** - Registro de Preços nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

<b>QUADRO RESUMO</b>	
<b>Título e Objetivo Geral:</b>	O objeto da presente licitação é a aquisição de MEDICAMENTOS para atender a demanda do Hospital Estadual de São José do Calçado, conforme especificações, requisitos e exigências descritos neste Termo de Referência.
<b>Delimitação do Objeto a ser licitado:</b>	Aquisição de MEDICAMENTOS para atender a demanda do HESJC, a fim de evitar o desabertecimento dos itens nele contante.
<b>Modalidade de Licitação e Base Legal:</b>	Registro de Preços - <b>(ATA DE REGISTRO DE PREÇO – ARP)</b> de Medicamentos – conforme ditames da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decretos Estaduais 5352-R / 2023, 5354-R / 2023, 5545-R/2023.
<b>Estimativa do Valor da Contratação:</b>	R\$ 2.499.799,80 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil setessentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)
<b>Prazo estipulado vigência contratual:</b>	A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado A gestão do contrato, inclusive quanto à prorrogação, deve observar o que disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e em orientações complementares da Administração Estadual.  Aplica-se a este Contrato a hipótese de extinção prevista no art. 106, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa da medida excepcional e prévia oitiva da Procuradoria Geral do Estado.
<b>Informação Orçamentária:</b>	UG: 440901 Gestão: 44901 Programa de Trabalho: 20.44.901.10.302.0061.2184 Elemento de Despesa: 33.90.30.09 Fonte: 500/600

<b>Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização:</b>	Almoxarifado de medicamentos
<b>Prazo estipulado para entrega</b>	25 (dez) dia CORRIDO, a partir do recebimento da ordem de fornecimento.
<b>Equipe responsável pela elaboração do TR:</b>	Rodrigo Diniz de Souza - Farmacêutico
<b>Versão e data da elaboração do Termo de Referência:</b>	Versão: 02/2024 Data: 17/10/2024
<b>Equipe:</b>	<b>Gestor:</b> Priscila Duarte Carvalho - Farmacêutica <b>Fiscal:</b> Higor Barboza dos Santos Silva – Farmacêutico
<b>Modo de Disputa:</b>	Aberto/Fechado
<b>Critério de Julgamento conforme Art. 60 do Decreto 5352/23</b>	Menor Preço por item
<b>Forma de Adjudicação Artigo 82, §1 da Lei Federal 14.133/21:</b>	Por Item
<b>Solicitação de Amostra, conforme Art. 77 do Decreto 5352/23</b>	NÃO - Os medicamentos seguem uma rigorosa análise do órgão competente (ANVISA) na sua autorização não sendo necessário a entrega de amostra, contudo será exigido a entrega da marca ofertada na proposta bem como registro no órgão competente.
<b>Será permitida a Adesão</b>	SIM
<b>Será permitida a participação de Consórcio</b>	NÃO

## 2 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP – Arts. 8 a 10 do Decreto Estadual 5354-R/23, apêndice deste Termo de Referência.

## 3 DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto será **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP) DE MEDICAMENTO, SEGUINDO A PADRONIZAÇÃO** para atender às necessidades do Hospital São José do Calçado - HESJC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, objetivando a redução de custo de aquisição e armazenamento, bem como permitindo um melhor controle dos insumos.

#### **4 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (Lei Federal 14.133/2021), que deverá ser apêndice deste Termo de Referência.

Considerando a falta de ata de registro de preço dos produtos e conseqüentemente a possibilidade de falta dos itens para atender os paciente em estado grave ou pacientes para cirurgias e tendo necessidade de manutenção das ações e serviços de saúde prestados à população da Região Sul do ES, usuária dos serviços assistenciais prestados pelo Hospital Estadual São José – HSJC.

O Hospital Estadual São José do Calçado, é referência em diversas especialidades na Região do Caparaó, ofertando seus serviços a diversos usuários, possui atualmente vários leitos. É uma Unidade que realiza atendimento no setor de pronto socorro ABERTO 24H, contando com enfermarias nas áreas clínica, vascular, cirurgia geral, urologia, cirúrgica em ortopedia e Unidades de Tratamentos Intensivos (UTIs), praticando, no dia a dia a equidade a todos os cidadãos.

O HESJC desempenha um papel de suma importância na assistência hospitalar no que tange as cirurgias de urgência e eletivas, uma vez que é uma unidade pública, de fácil localização e acesso, possuindo atendimento ambulatorial com especialidades reguladas pela Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim.

A Unidade Hospitalar assumiu um papel fundamental em nível regional, com a ampliação da sua capacidade, ou seja, conduzindo de forma ordenada e eficaz as necessidades da região.

O pedido de compra dos medicamentos supracitados se faz necessário para que não haja prejuízos no abastecimento de Medicamentos/Farmácia do HSJC, setor responsável pelo fornecimento de medicamentos e materiais hospitalares aos setores do Hospital; e, conseqüentemente, permitir o correto atendimento dos pacientes que utilizam desse serviço de saúde.

A opção pela adoção do Registro de Preços de medicamento deve-se ao fato de este sistema ser mais adequado a realidade desta unidade, uma vez que esta modalidade permite o fracionamento da entrega durante a sua vigência e permite uma vantajosidade no que se refere ao controle do estoque.

## **5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

**5.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico 3 do Estudo Técnico Preliminar.

**5.2** Natureza da Aquisição/Contratação: Considerando os ditames da Lei nº 14.133/2021, bem como o artigo 37, XXI, da Constituição da República de 1988, em regra, as contratações de serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações. No artigo 11 da presente lei, temos que o processo licitatório tem por objetivos:

5.3.1 Os medicamentos e insumos constituem o objeto deste estudo enquadram-se como materiais comuns em razão de estarem objetivamente definidos neste documento e envolverem padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais de mercado.

5.3.2 Ao analisar o histórico de contratações existente na Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, percebe-se que a prática adotada até o presente momento é o Ata de Registro de Preços (ARP).

5.3.3 Os licitantes, na descrição detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

5.3.4 Especificações técnicas;

5.3.4.1 Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

5.3.4.2 Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;

5.3.4.3 Prazo de validade da proposta;

5.3.4.4 Origem (nacional ou estrangeiro);

5.3.4.5 Número de registro dos itens, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

5.3.4.6 Na proposta a ser enviada pelo licitante, a comprovação dos registros dos medicamentos deverá ser efetuada através de:

5.3.4.7 Atestado de Capacidade Técnica - Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, medicamento igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador.

5.3.4.8 Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

5.3.4.9 Autorização de Funcionamento - da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e cópia da publicação no “Diário Oficial da União”, conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º), Lei Federal nº. 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

5.3.4.10 Autorização Especial - Quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, também deve ser apresentada a Autorização Especial da empresa licitante.

5.3.4.11 Certificados de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no “Diário Oficial da União” relativamente ao registro do medicamento. Caso o prazo de validade esteja vencido ou vencendo nos próximos 06 meses deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no “DOU” acompanhado do pedido de revalidação “FP 1” e “FP 2”, datado entre 12 e seis meses anteriores ao vencimento, na forma do art. 8º, §2º ao §6º do Decreto Federal nº. 8.077/2013.

5.3.4.12 No caso de MEDICAMENTOS DE NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA constantes na RDC ANVISA nº 199/2006 e objetos desse processo licitatório, deverão ser apresentadas a notificação de registro válida junto a ANVISA e a cópia do rótulo a fim de permitir a verificação das características técnicas, composição e indicação do produto ofertada.

5.3.4.13 O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar

a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

3.18. Para os medicamentos especialmente manipulados, deverá ser apresentado Certificado de Boas práticas de Manipulação de Produtos Estéreis, conforme RDC ANVISA nº 67, de 8 de outubro de 2007.

## 6 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO. DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES.

**6.1** Aquisição de Medicamentos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

Item	Unid	Descrição	Lote	CAPAAC	HEAC	HESVV	HINSG	HJSN	HMSA	HRAS	HSJC	Total
				Solicitado								
1	AMPO LA	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: POLIDOCANOL 3,0%; FORMA FARMACEUTICA: SO	LT 001	0	0	0	0	0	0	3000	600	3600
Total				0	0	0	0	0	0	3000	600	3600
1	FRAS CO/A MPOL	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/2ML; FOR	LT 002	0	0	0	0	0	0	0	500	500
Total				0	0	0	0	0	0	0	500	500
1	AMPO LA 2ML	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: POLIDOCANOL 1,0%; FORMA FARMACEUTICA: SO	LT 003	0	0	0	0	0	0	1800	600	2400
Total				0	0	0	0	0	0	1800	600	2400
1	AMPO LA 5ML	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; FENOL 5%; SOLUCAO INJETAVEL; ESTERIL; APIROGENICA; APRESENTACAO:	LT 004	0	0	0	0	0	0	0	100	100
Total				0	0	0	0	0	0	0	100	100
1	FRAS CO 100	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70%. ALMOTOLIA COM 100 ML; SOLUCAO AQUOSA, ANTI-SEPTICA DE ALCOOL ETILICO	LT 005	50	17000	20000	66000	0	6000	60000	120000	289050
Total				50	17000	20000	66000	0	6000	60000	120000	289050

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

Item	Unid	Descrição	Lote	CAPAAC	HEAC	HESVV	HINSG	HJSN	HMSA	HRAS	HSJC	Total
				Solicitado								
1	FRASCO	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: ALCOOL ETILICO 70%; FORMA DE	LT 006	500	1000	1000	15000	2400	2400	36000	1000	59300
Total				500	1000	1000	15000	2400	2400	36000	1000	59300
1	UNIDADE	ESCOVA DESCARTAVEL COM ESPONJA PARA DEGERMANTE ANTI-SEPSIA PRE-OPERATORIO DAS MAOS E ANTEBRACOS, CO	LT 007	0	0	5000	12000	3600	0	0	5000	25600
Total				0	0	5000	12000	3600	0	0	5000	25600
1	FRASCO	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: RINGER LACTATO; FORMA FARMACEUTICA: SOLU	LT 008	60	1500	6000	2000	5000	30000	30000	25000	99560
Total				60	1500	6000	2000	5000	30000	30000	25000	99560
1	BOLSA/FRASCOSCO	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: GLICOSE 5%; FORMA FARMACEUTICA:	LT 009	0	1500	4000	16000	2000	9000	30000	5000	67500
Total				0	1500	4000	16000	2000	9000	30000	5000	67500
1	BOLSA A	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CLORETO DE SODIO 9MG/ML (0,9%); FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETA	LT 010	0	0	2000	8000	0	8000	45000	1000	64000
Total				0	0	2000	8000	0	8000	45000	1000	64000

**6.2** Os bens, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º e art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.3** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

**6.4** Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o sistema Compras Governamentais prevalece o que está no Termo de Referência.

**6.5 Justificativa de quantitativo:**

As quantidades solicitadas foram baseadas nos consumos informados pelo sistema de gestão de estoque SIGA, bem como as últimas aquisições realizadas e perspectivas de demandas futuras. Sendo estimados os quantitativos para um período de atendimento de 12 meses da demanda atual, com margem de segurança de acordo com o item demandado, garantindo a aquisição do material/medicamento com a finalidade de manter as assistências necessárias, uma vez que o histórico de pacientes ativos, é crescente nos hospitais da Rede Estadual de Saúde.

## **7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

### **7.1 Dos Critérios de Sustentabilidade:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

A contratada deverá dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

Deve possuir Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada nº 306 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a Resolução nº 358 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e a Norma Regulamentadora nº 32 do Ministério do Trabalho – MT.

### **7.2 Da exigência, e critérios para análise, da Amostra**

Não se faz necessária, uma vez a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, faz uma rigorosa análise dos medicamentos antes da autorização para comercialização. Contudo, será exigida a entrega da marca e registro ofertado na proposta.

### **7.3 Da Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **7.4 Da Garantia de Execução**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **7.5 Participação de consórcio**

Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que

poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

## **7.6 Matriz de alocação de riscos**

Nos termos do §3º do art. 22 da Lei 14.133/2021, a matriz de alocação de riscos é obrigatória quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, não sendo aplicável a contratação pretendida

## **7.7 Requisitos de Qualidade**

Os bens de consumo deverão ser entregues em sua embalagem original e devem estar devidamente rotulados, contendo informações essenciais como o nome do produto, quantidade, concentração, data de fabricação, data de validade, número do lote e temperatura de armazenamento, simbologia de risco do produto quando houver, quantidade por embalagem, entre outros.

Além disso, é responsabilidade da empresa fornecedora assegurar o transporte do produto de acordo com as recomendações do fabricante, garantindo a integridade dos produtos durante o trajeto.

Caso haja perda de estabilidade e/ou desempenho de quaisquer produto, a empresa fornecedora deverá realizar a substituição dos mesmos em igual quantidade perdida sem qualquer ônus.

## **8 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO/EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **8.1 Do prazo e condições, de Entrega**

8.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 25 (dez) dias, contados do(a) recebimento da ordem de fornecimento.

8.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### **8.2 Do Local de Entrega**

Entregas em dias úteis, no horários de 08:00 às 16:00h, nos seguintes endereços:

- **CAPAAC** - CENTRO DE ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS - AV. LEOPOLDINA SMARZARO, 17 - MONTE CRISTO, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, 29310-370; (27) 3636-2837
- **HEAC** - HOSPITAL ESTADUAL DE ATENÇÃO CLÍNICA - ALAMEDA ÉLCIO ÁLVARES, 339 - TUCUM, CARIACICA - ES, 29152-600
- **HESVV** - HOSPITAL ESTADUAL DE VILA VELHA - HESVV ALMOXARIFADO GERAL. 2º ANDAR UM LANCE DE ESCADA - AVENIDA ANÉZIO JOSÉ SIMÕES, 76 BAIRRO: SÃO TORQUATO - VILA VELHA - ES CEP. 29114-350 TEL:(27)3246-0931 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 9:00 H ÀS 16:00HS;
- **HINSG** - ALAMEDA MARI UBIRAJARA, 205 - SANTA LUCIA, VITÓRIA - ES, 29056-030 - (27) 3636-7532;
- **HJSN** - RUA DR. LOPES NALLE, 319 - CENTRO - BAIXO GUANDU-ES CEP: 29730-000 - (27) 3732-4572/3732-1001/3756-7893.
- **HMSA** - HOSPITAL MATERNIDADE SILVIO AVIDOS. AV. SILVIO AVIDOS, Nº 951- BAIRRO SÃO SILVANO- COLATINA - ES. TEL. (27) 3717-246/37172421;
- **HRAS** - ROD. OTHOVARINO DUARTE SANTOS, KM 3, 02 - RES. PARK WASHINGTON, SÃO MATEUS - ES, 29938-010;
- **HSJC** - HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO. RUA JOSÉ FERNANDES MEDINA, S/N, CENTRO, SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES - CEP 29470-000.

### **8.3 Da Garantia, Validade, Manutenção e Assistência Técnica**

O prazo de validade mínimo do item a ser entregue, será de, no mínimo, 12 (doze) meses anterior ao vencimento estabelecido pelo fabricante, caso seja entregue com validade inferior a 12 meses, solicitar autorização e posterior a autorização entregar com carta de comprometimento de troca.

No caso de absoluta impossibilidade do cumprimento dessa condição, a contratada deverá solicitar formalmente a autorização para o recebimento, mediante

apresentação de **Carta de Comprometimento de Troca** referente ao quantitativo entregue fora do prazo prevendo a substituição do quantitativo não consumido dentro do prazo de validade. A carta deverá ser em papel timbrado, assinada pelo representante legal da empresa, caso acatado o referido documento deverá acompanhar a nota fiscal de recebimento. A CONTRATADA deverá se comprometer a retirar o objeto contratado vencido para o devido descarte, sem ônus à CONTRATANTE.

## **9 GESTÃO DO CONTRATO**

- 9.1** O contrato ou outro instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual 5354-R e 5545-R/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.3** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.4** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.5** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme registro no Quadro Resumo, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais

condições previstas para a contratação.

## **10 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **10.1 Do Recebimento Provisório e Definitivo**

10.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

10.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

10.1.4 Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do medicamento recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 2 (dois) dias.

10.1.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da manifestação do fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do medicamento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.6 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.1.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº

14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.1.11 O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

## **10.2 Nota fiscal**

10.2.1 Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.2.1.1 o prazo de validade;

10.2.1.2 a data de emissão;

10.2.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

10.2.1.4 o período respectivo de execução do contrato;

10.2.1.5 o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.1.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.1.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser

obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal. 7.2.4 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante. Condições de Habilitação no Curso da Execução Contratual

### **10.3 Condições de Habilitação no Curso da Execução Contratual**

- 10.3.1A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.
- 10.3.2 Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- 10.3.3 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- 10.3.4 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.
- 10.3.5 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.
- 10.3.6 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

#### **10.4 Prazo de pagamento**

10.4.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez)** dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

10.4.2 Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

10.4.3 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times (ND / 360) \times 12\%$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

---

ND = Número de dias em atraso.

10.4.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

10.4.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei Federal

4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

10.4.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

### **10.5 Da Forma de pagamento**

10.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordembancária para pagamento.

10.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.5.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Federal Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **10.6 Instrumento de Medição de Resultados – IMR:**

10.6.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto no item 7.

## **11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **11.1 Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **11.2 Da Forma de Fornecimento**

O fornecimento do objeto será realizado conforme estabelecido na ordem de fornecimento, de acordo com a necessidade do contratante.

### **11.3 Das Exigências de Habilitação**

1 - Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Apêndice "A" deste Termo de Referência.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

**12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.499.799,80 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

LOTE	ITEM	COD. CATMAT	CODIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD TOTAL	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	1	473230	150491	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: POLIDOCANOL 3,0%; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: AMPOLA 3ML, VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA.	AMPOLA	3600	R\$ 10,9000	R\$ 39.240,00
2	2	BR0299690-2	252734	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/2ML; FORMA FARMACEUTICA: POLIOFILO PARA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO/AMPOLA 2ML; VIA ADMINISTRACAO: INTRAMUSCULAR/INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO/AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	500	R\$ 9,4300	R\$ 4.715,00
3	3	343633	94252	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: POLIDOCANOL 1,0%; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: AMPOLA 2ML, VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA 2ML	AMPOLA	2400	R\$ 7,0000	R\$ 16.800,00
4	4	366689	274257	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; FENOL 5%; SOLUÇÃO INJETÁVEL; ESTÉRIL; APIROGÊNICA; APRESENTAÇÃO: 5% - AMPOLA ÂMBAR CONTENDO 5ML; FORMA DE APRESENTACAO: ENDOVENOSA - EV; INTRAMUSCULAR - IM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA 5ML.	AMPOLA	100	R\$ 8,5000	R\$ 850,00

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

5	5	273231	222475	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70%. ALMOTOLIA COM 100 ML; SOLUCAO AQUOSA, ANTI-SEPTICA DE ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70%, ACONDICIONADO EM ALMOTOLIA PLASTICA COM CAPACIDADE MEDIA PARA 100 (CEM) ML, APRESENTANDO REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DESCRICAO DA COMPOSICAO, DEMAIS EXIGENCIAS ESTAMPADAS NO ROTULO, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE, TECNICO RESPONSAVEL COM REGISTRO NO CONSELHO DE ORIGEM, E FICHA TECNICA DE ACORDO COM AS EXIGENCIAS DA LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE (ANVISA E MINISTERIO DA SAUDE). UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO 100ML - PROCEDÊNCIA: NACIONAL	FRASCO	28905 0	R\$ 2,1000	R\$ 607.005,00
6	6	50143	50143	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: ALCOOL ETILICO 70%; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO 1000ML; VIA ADMINISTRACAO: USO EXTERNO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO.	FRASCO	59300	R\$ 4,8900	R\$ 289.977,00
7	7	620165	108314	ESCOVA DESCARTAVEL COM ESPONJA PARA DEGERMANTE ANTI-SEPSIA PRE-OPERATORIO DAS MAOS E ANTEBRACOS, COM 22 ML DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% E TENSOATIVO, PRODUTO COM REGISTRO NO M.SAUDE/ANVISA. EMBALAGEM CONFORME NORMAS DO MS E COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO/FABRICANTE. COM PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS.	UNIDADE	25600	R\$ 1,5900	R\$ 40.704,00
8	8	303292	162488	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: RINGER LACTATO; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML; VIA INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO SISTEMA FECHADO.	BOLSA/F RASCO	99560	R\$ 6,7300	R\$ 670.038,80
9	9	450541	50314	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: GLICOSE 5%; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML; VIA ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENT BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO.	BOLSA/F RASCO	67500	R\$ 4,5000	R\$ 303.750,00

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

10	10	452796	43224	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CLORETO DE SODIO 9MG/ML (0,9%); FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU EQUIV. ISENTO DE PVC EM SISTEMA FECHADO 1000ML; VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	BOLSA/F RASCO	64000	R\$ 8,2300	R\$ 526.720,00
<b>VALOR TOTAL</b>								<b>R\$ 2.499.799,80</b>

### 13 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**13.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento próprio da HSJC, para o exercício 2024, os órgãos CAPAAC, HEAC, HESVV, HINSG, HMSA E HRAS, as despesas correrão por conta dos respectivos órgãos.

**13.2** A informação da dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **14 VIGÊNCIA DA ATA, E PRORROGAÇÃO**

15.1 O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Conforme o artigo 84 da Lei 14.133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, portanto, tal medida não acarretará prejuízos ao erário público caso as aquisições não venham a ser necessárias.

#### **15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas

nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

**d) Multa:**

Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias;

O atraso superior a **90 (noventa)** dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **13.1**, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **13.1**, de **5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem **13.1**, a multa será de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem **13.1**, a multa será de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem **13.1**, a multa será de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item **14.2** não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº14.133/2021).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea "a" do subitem **14.2** será de **05 (cinco)** dias úteis e **15 (quinze)** dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato,

considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.3** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.4** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**15.5** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**15.6** O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**15.7** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

**15.8** Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

**15.9** Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

**15.10** Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

**15.11** Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **16 DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**16.1** O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo e do contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.2 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou

gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**16.2** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

**16.3** - Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

**16.4** - Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

**16.5** - Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

**16.6** - Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**16.7** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado;

**16.8** - Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **17 DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**17.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este termo e o contrato;

**17.2** Definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;

**17.3** Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos;

**17.4** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**17.5** Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou

corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**17.6** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

**17.7** Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

**17.8** Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

**17.9** Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

**17.10** Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**17.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado;

**17.12** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **18 DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO E PELA APROVAÇÃO**

São José do Calçado – ES, 30 de outubro de 2024

Autor do Termo de Referência:

Autorizado por:

RODRIGO DINIZ DE SOUZA

LEÔNIDAS VIERA BARRETO FIGUEIREDO

Farmacêutico

Diretor Geral

## **ANEXO I "A" – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**1.1.1 - Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**1.1.2 - Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**1.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

**1.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.1.5 - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 88, de 23 de dezembro de 2022.

**1.1.6 - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.1.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**1.1.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as**

alterações ou da consolidação respectiva.

## **1.2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**1.2.1** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**1.2.2** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 20, de 08 de novembro de 2023, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**1.2.3** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**1.2.4** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**1.2.5** - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

**1.2.6** - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa, e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

**1.2.7** - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

**1.2.8** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**1.2.9** - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Federal Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos

cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**1.2.10** - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.10.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

1.2.10.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.10.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

1.2.10.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

1.2.10.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

1.2.10.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

1.2.10.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos

incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogara licitação.

### **1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**1.3.1** - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

**1.3.2** - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011- Segunda Câmara;

**1.3.3** - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**1.3.4** - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

**1.3.5** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.3.6** - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**1.3.7** - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil

Digital - ECD ao SPED.

**1.3.8** - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

**1.3.9** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

**1.3.10** - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.4.1** Atestado de Capacidade Técnica - Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, medicamento igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador.

**1.4.2** Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

**1.4.3** Autorização de Funcionamento - da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e cópia da publicação no “Diário Oficial da União”, conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º), Lei Federal nº. 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

**1.4.4** Autorização Especial - Quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, também deve ser apresentada a Autorização Especial da empresa licitante.

**1.4.5** Certificados de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA – Agência

Nacional de Vigilância Sanitária, vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no “Diário Oficial da União” relativamente ao registro do medicamento.

**1.4.6** Caso o prazo de validade esteja vencido ou vencendo nos próximos 06 meses deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no “DOU” acompanhado do pedido de revalidação “FP 1” e “FP 2”, datado entre 12 e seis meses anteriores ao vencimento, na forma do art. 8º, §2º ao §6º do Decreto Federal nº. 8.077/2013.

**1.4.7** No caso de MEDICAMENTOS DE NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA constantes na RDC ANVISA nº 199/2006 e objetos desse processo licitatório, deverão ser apresentadas a notificação de registro válida junto a ANVISA e a cópia do rótulo a fim de permitir a verificação das características técnicas, composição e indicação do produto ofertada.

**1.4.8** O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

**1.4.9** Para os medicamentos especialmente manipulados, deverá ser apresentado Certificado de Boas Práticas de Manipulação de Produtos Estéreis, conforme RDC ANVISA nº 67, de 8 de outubro de 2007.

**APÊNDICE DO ANEXO I -**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
<b>Un. Gestora:</b>	HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO - HESJC		
<b>Un. Adm. Envolvidas:</b>	ALMOXARIFADO		
<b>Responsáveis:</b>	RODRIGO DINIZ DE SOUZA		
<b>Data de Elab./ Atual.</b>	30/10/2024	<b>Versão:</b>	1

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A segurança do paciente é a mais recente dimensão constituinte do conceito de qualidade do cuidado à saúde, o que permite inferir que a promoção da qualidade no cuidado esta diretamente relacionada à segurança do paciente.

A ciência da qualidade depende de mensurações significativas e quantificáveis, como qualquer outra; portanto, todos os fatores considerados de riscos assistenciais devem ser controlados e analisados para a melhoria da segurança nas maternidades.

Dessa forma, a aquisição de medicamentos para atender a demanda do Hospital Estadual São José do Calçado é de extrema importância para garantir a qualidade do atendimento em um ambiente tão sensível como o ambiente hospitalar.

**2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O presente se encontra no plano anual de contratações.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Considerando os ditames da Lei nº 14.133/2021, bem como o artigo 37, XXI, da Constituição da República de 1988, em regra, as contratações de serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações. No entanto, nos casos previstos no art. 75 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ainda que configurada a viabilidade de competição, o processo licitatório será dispensável em razão do comando legal.

Nesse contexto, cumpre destacar que as hipóteses de dispensa elencadas nos incisos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 são taxativas, e a realização da contratação direta fora daquelas discriminadas em lei, poderá ser interpretada como crime, nos termos do art. 337-E do Código Penal Brasileiro. Ademais, configurada uma das hipóteses da dispensa, a contratação direta independe da discricionariedade da Administração que fica vedada de contratar por meio de procedimento licitatório.

Para melhor entendimento, vejamos a interpretação do TCU em seu Manual de Contratação Direta:

**Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, não cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório.** Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado. (grifo nosso).

Por fim, aprofundando-se a análise, **não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como a economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade.** (grifo nosso).

Portanto, para que não afronte outros princípios aplicáveis à gestão pública, deve o administrador, nas hipóteses de dispensa de licitação, selecionar a melhor proposta utilizando-se de outras formas capazes de resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação, tal como a realização de cotação eletrônica, que é uma espécie de pregão eletrônico simplificado.

Dentre as hipóteses de dispensa de licitação, encontra-se a dispensa em razão do valor do objeto. Nos termos do art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021, na contratação de serviços e compras, excetuadas obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, quando o valor do objeto for inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) a

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

Administração deverá realizar a contratação direta.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

**4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

LOTE	ITEM	CODIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CMM	QTD TOTAL
1	1	150491	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: POLIDOCANOL 3,0%; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: AMPOLA 3ML, VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA.	AMPOLA	50	600
2	2	252734	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/2ML; FORMA FARMACEUTICA: PO LIOFILO PARA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO/AMPOLA 2ML; VIA ADMINISTRACAO: INTRAMUSCULAR/INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO/AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	42	500
3	3	94252	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: POLIDOCANOL 1,0%; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: AMPOLA 2ML, VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA 2ML	AMPOLA	50	600
4	4	274257	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; FENOL 5%; SOLUÇÃO INJETÁVEL; ESTÉRIL; APIROGÊNICA; APRESENTAÇÃO: 5% - AMPOLA ÂMBAR	AMPOLA	8	100

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

			CONTENDO 5ML; FORMA DE APRESENTACAO: ENDOVENOSA - EV; INTRAMUSCULAR - IM; UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA 5ML.			
5	5	222475	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70%. ALMOTOLIA COM 100 ML; SOLUCAO AQUOSA, ANTI-SEPTICA DE ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70%, ACONDICIONADO EM ALMOTOLIA PLASTICA COM CAPACIDADE MEDIA PARA 100 (CEM) ML, APRESENTANDO REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DESCRICAO DA COMPOSICAO, DEMAIS EXIGENCIAS ESTAMPADAS NO ROTULO, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE, TECNICO RESPONSAVEL COM REGISTRO NO CONSELHO DE ORIGEM, E FICHA TECNICA DE ACORDO COM AS EXIGENCIAS DA LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE (ANVISA E MINISTERIO DA SAUDE). UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO 100ML - PROCEDÊNCIA: NACIONAL	FRASCO	10000	120000
6	6	50143	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: ALCOOL ETILICO 70%; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO 1000ML; VIA ADMINISTRACAO: USO EXTERNO; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO.	FRASCO	83	1000
7	7	108314	ESCOVA DESCARTAVEL COM ESPONJA PARA DEGERMANTE ANTI-SEPSIA PRE-OPERATORIO DAS MAOS E ANTEBRACOS, COM 22 ML DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% E TENSOATIVO, PRODUTO COM REGISTRO NO M.SAUDE/ANVISA. EMBALAGEM CONFORME NORMAS DO MS E COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO/FABRICANTE. COM PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS.	UNIDADE	417	5000
8	8	162488	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: RINGER LACTATO; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE	BOLSA/FRASCO	2083	25000

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

			APRESENTACAO: FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML; VIA INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO SISTEMA FECHADO.			
9	9	50314	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: GLICOSE 5%; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML; VIA ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA; UNIDADE DE FORNECIMENT BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO.	BOLSA/FRASCO	417	5000
10	10	43224	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; CLORETO DE SODIO 9MG/ML (0,9%); FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU EQUIV. ISENTO DE PVC EM SISTEMA FECHADO 1000ML; VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	BOLSA/FRASCO	83	1000

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

*Para atender a demanda objeto desta contratação buscaram-se outros tipos de solução disponíveis no mercado, que seriam:*

**A) PREGÃO ELETRÔNICO/ARP, B) DISPENSA DE LICITAÇÃO**

*A solução **A) PREGÃO ELETRÔNICO/ARP** Conforme a Lei 14.133 De 1 de Abril De 2021, Decreto 5352/2023*

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foi utilizado como metodologia do preço de referência: a *Média de Preços*; e como parâmetro de pesquisa: pesquisa com fornecedores, contratações similares, internet e o Painel de preços, a este dado precedência em relação aos demais.

No presente caso adotou-se a pesquisa com fornecedores, contratações similares, internet e o Painel de preços.

LOTE	ITEM	QTD TOTAL	V. UNITARIO	V. TOTAL
1	1	600	R\$ 10,80	R\$ 6.480,00
2	2	500	R\$ 26,80	R\$ 13.400,00
3	3	600	R\$ 8,30	R\$ 4.980,00
4	4	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00
5	5	120000	R\$ 3,22	R\$ 386.400,00
6	6	1000	R\$ 6,18	R\$ 6.180,00
7	7	5000	R\$ 1,79	R\$ 8.950,00
8	8	25000	R\$ 6,11	R\$ 152.750,00
9	9	5000	R\$ 3,80	R\$ 19.000,00
10	10	1000	R\$ 8,90	R\$ 8.900,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 607.890,00</b>

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O critério de escolha será o de menor preço. Portanto, realizada a pesquisa no mercado, o contratado será aquele que apresente devida habilitação jurídica e preços mais baixos para a prestação de serviços do presente objeto.

Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o sistema de Compras Governamentais prevalecerá sempre o que está no Termo de Referência.

## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A divisão em lotes se faz necessária para garantir a ampla concorrência. Cada lote será cuidadosamente analisado e avaliado, garantindo assim a precisão dos resultados. Além disso, o parcelamento na prestação de serviços permite que as demandas sejam atendidas de forma organizada e planejada, evitando assim possíveis atrasos ou contratemplos.

Dessa forma, a justificativa para o parcelamento na entrega dos medicamentos é essencial para garantir a excelência na prestação de serviços médicos.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Considerando a necessidade de manutenção das ações e serviços de saúde prestados à população da Região Sul do ES, usuária dos serviços assistenciais prestados pelo Hospital Estadual São José - HSJC; O Hospital Estadual São José do Calçado, é referência em diversas especialidades na Região do Caparaó, ofertando seus serviços a diversos usuários, possui atualmente 89 leitos. É uma Unidade que realiza atendimento no setor de pronto socorro, contando com enfermarias nas áreas clínica, vascular, cirurgia geral, urologia, cirúrgica em ortopedia e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), praticando, no dia a dia a equidade a todos os cidadãos.

A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos, e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados. Justifica-se a presente aquisição tendo em vista que o Hospital São José do Calçado, especializado em atendimento a pacientes de alta e média complexidade, sendo hospital de referência.

Faz-se necessária a aquisição de medicamentos para atender as UTIs. Medicamentos hospitalares são medicamentos padronizados e destinados aos tratamentos de doenças de média e alta complexidade, hereditárias ou adquiridas, crônicas ou raras, diagnosticadas em pacientes internados neste Hospital.

A indisponibilidade desses medicamentos em estoque e o consequente atraso no atendimento dos pacientes podem levar ao agravamento do quadro clínico e, em alguns casos, aumentar o risco de morte. Logo, é de extrema importância a aquisição do presente para manter a eficiência e qualidade hospitalar.

Por fim, justifica-se a aquisição visto que esses equipamentos são essenciais para a funcionalidade do HSJC.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Todas as providências serão adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso XI, art. 7º, IN 40/2020).

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras. (inciso VIII, art. 7º, IN 40/2020)

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Não se aplica ao presente.

## **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pelos integrantes TÉCNICO e REQUISITANTE em harmonia com as Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e nº 40/2020, considerando a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela **VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO**, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

### **Responsáveis:**

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da futura aquisição/contratação.

Integrante Requisitante

**RODRIGO DINIZ DE SOUZA**  
**FARMACEUTICO**  
**Matricula: 4691768**

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade:

**LEONIDAS VIERA BARRETO FIGUEIREDO**

**DIRETOR GERAL HOSPITAIS B QCE-03**

**MATRÍCULA: 4570383**

**ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

(inc. X do art. 18 e inc. I do art. 72 da Lei 14.133/2021, §7º do art. 17 do Decreto 5352-R/2023)

<b>RISC O 1</b>		
Descrição: Aquisição de de medicamentos para atender as necessidades do HSJC		
<b>Probabilidade:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Pouco	( <input type="checkbox"/> ) Provável ( <input type="checkbox"/> ) Muito
<b>Impacto:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixo	( <input type="checkbox"/> ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alto
<b>Fase Impactada:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Fase Interna	( <input type="checkbox"/> ) Fase Externa ( <input type="checkbox"/> ) Gestão do Contrato
<b>Id</b>	Dan o	
<b>1.</b>	Contratação de solução que não atende à necessidade que a originou	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Analisar e comparar os estudos técnicos preliminares e os termos de referências elaborados da Administração Pública e identificar neles as melhores técnicas utilizadas e moldá-las nesta contratação.	RODRIGO DINIZ DE SOUZA
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Avaliar a relevância e urgência da contratação, aderir uma ata de registro de preços vigente e, se a medida for insuficiente, instruir nova contratação.	RODRIGO DINIZ DE SOUZA
<b>RISC O 2</b>		
Descrição: (Identificar o risco que pode ocorrer)		
<b>Probabilidade:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Pouco	( <input type="checkbox"/> ) Provável ( <input type="checkbox"/> ) Muito
<b>Impacto:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixo	( <input type="checkbox"/> ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alto
<b>Fase Impactada:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Fase Interna	( <input type="checkbox"/> ) Fase Externa ( <input type="checkbox"/> ) Gestão do Contrato
<b>Id</b>	Dan o	
<b>1.</b>	Desabastecimento e descontinuidade de serviço essencial ao interesse público	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>

<b>1.</b>	Identificar as necessidades atualmente atendidas nas contratações existentes e as futuras de acordo a demanda de cada estrutura interna da Administração.	RODRIGO DINIZ DE SOUZA
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Acrescer quantitativamente o contrato nos limites estabelecidos na legislação vigente e, se a medida for insuficiente, instruir nova contratação	RODRIGO DINIZ DE SOUZA
<b>RISC O 3</b>		
Descrição: Estimativa de quantidade maior que a necessidade da entidade.		
<b>Probabilidade:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Pouco	( <input type="checkbox"/> ) Provável ( <input type="checkbox"/> ) Muito
<b>Impacto:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixo	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alto
<b>Fase Impactada:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Fase Interna	( <input type="checkbox"/> ) Fase Externa ( <input type="checkbox"/> ) Gestão do Contrato
<b>Id</b>	Dan o	
<b>1.</b>	Contratada não efetuar a entrega do medicamento.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Identificar as necessidades atualmente atendidas nas contratações existentes e as futuras de acordo a demanda de cada estrutura interna da Administração.	RODRIGO DINIZ DE SOUZA
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Suprimir quantitativamente o contrato nos limites estabelecidos na legislação vigente	RODRIGO DINIZ DE SOUZA
<b>RISC O 4</b>		
Descrição: Estimativa de quantidade maior que a necessidade da entidade.		
<b>Probabilidade:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Pouco	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Provável ( <input type="checkbox"/> ) Muito
<b>Impacto:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixo	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alto
<b>Fase Impactada:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Fase Interna	( <input type="checkbox"/> ) Fase Externa ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Gestão do Contrato
<b>Id</b>	Dan o	

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

<b>1.</b>	Morosidade na conclusão da fase de habilitação e atraso na contratação.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Utilizar os modelos de termo de referência e edital editados pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos (CNMLC), da Consultoria Geral da União (CGU), que estabelece mecanismos de avaliação da qualificação econômico-financeira.	RODRIGO DINIZ DE SOUZA
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Avaliar a qualificação econômico-financeira das empresas licitantes e habilitar somente aquelas que cumprem os requisitos exigidos no edital.	RODRIGO DINIZ DE SOUZA

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II "A" - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

PREGÃO Nº 024/2024

Empresa: (Nome da Empresa)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

Documentos exigidos para Habilitação.

Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Indicamos a seguinte modalidade de garantia do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021: \_\_\_\_\_ (preencher).

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

(Nome do representante e assinatura - preencher)



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº \_\_\_/\_\_\_\_ (preencher)

Pregão nº \_\_\_/\_\_\_\_ (preencher)

Processo nº \_\_\_/\_\_\_\_ (preencher)

ID CidadES nº \_\_\_\_\_ (preencher)

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da (nome do órgão), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ (preencher), com sede na (endereço completo), representada legalmente pelo seu (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ (preencher), publicada no DIO de \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº \_\_\_\_\_ (preencher), considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. ...., RESOLVE registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

**DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº \_\_\_/\_\_\_\_, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total
1								
2								
n								

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata.

**ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

O órgão gerenciador será o (nome do órgão).

Não há ou são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

**DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

Identificação da ARP de interesse;

Indicação dos itens e respectivas quantidades;

Endereços de entrega ou de prestação dos serviços;

Dados de contato do requerente;

Assinatura e identificação do subscritor; e

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

Outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

## **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.1 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá estar vigente no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

O requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

A modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;

Seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.

Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.

Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

Efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e

Cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.

Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.

O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

## **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.

O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.

Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

## **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

Descumprir as condições da ARP;

Não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.

Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

Por razões de interesse público; ou

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

### **DAS PENALIDADES**

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### **CONDIÇÕES GERAIS**

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

### **DO FORO**

Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
**Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000**  
**Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828**  
**CNPJ Nº 27.080.605/0006-09**  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (preencher).

Nome do Órgão Gerenciador	Nome da Contratada
Representante (nome completo)	Representante (nome completo)
Documento de Identificação	Documento de Identificação

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

### **Anexo I da Ata de Registro de Preços**

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

2º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

3º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

4º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

**Anexo II da Ata de Registro de Preços**

Minuta da Ordem de Fornecimento de Material

MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

Ordem de Compra nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ref.: Pregão nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

À Empresa

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

Autorizamos V.S.<sup>a</sup> a fornecer o material adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_ e à sua proposta de \_\_\_\_\_ - Processo nº. \_\_\_\_\_.

**I – DO OBJETO**

1 - Item      Especificações

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO)

2 - Marca/referência: \_\_\_\_\_;

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
--------------------	-----------------------	--------------------

**II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_; Elemento de Despesa \_\_\_\_\_ do orçamento do órgão requisitante para o exercício de \_\_\_\_\_ .

**III – DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto no Edital em epígrafe.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO**  
Rua Dr. José Fernandes Medina, S/N – Centro – São José do Calçado – ES, 29.470-000  
Telefax (28) – 3556-1835 – Tel.: (28) – 3556-2828  
CNPJ Nº 27.080.605/0006-09  
E-mail para envio de documentação: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br)

---

Órgão Licitante

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 21/11/2024 14:48:38 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por MARIA DA CONCEICAO GOMES FELIX (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - UT-ADMFIN-HSJC - SESA - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-3HJBXH>